



O filão dos negócios na Ufrgs

Mais de 500 convênios e contratos firmados pela Ufrgs colocam uma interrogação no papel da extensão na Universidade

Pág. Central

SINDICALISMO

O dilema dos professores universitários: reivindicar direitos específicos ou comuns aos servidores públicos federais

Pág. 4

TV UNIVERSITÁRIA

Como conciliar os princípios da Universidade às características da televisão dá o tom no debate sobre o novo Canal

Pág. 5

MARCHA DOS SEM

CUT gaúcha prepara uma resposta ao pacote do governo reunindo os excluídos num protesto para 10 mil pessoas

Pág. 9

ENTREVISTA

Luiz Antonio de Assis Brasil, patrono da Feira do Livro, revela a fórmula que o levou à maior produção literária da atualidade

Pág. 12

Dissipando brumas

Assistimos nestes dias o rebuliço das Bolsas de Valores que, para além das flutuações violentas, revela os movimentos da economia real e a vulnerabilidade específica da economia brasileira no terreno de uma opção de política econômica que se caracteriza, entre outras coisas, pela adesão sem restrições à economia globalizada, pela ancoragem do real no dólar e, sobretudo, pelo desejo (necessário, nesse quadro) de cativar esta entidade aparentemente etérea chamada "investidor" (na realidade, cerca de 200 megaconglomerados que dão as cartas neste mundo velho sem fronteiras).

O que a mídia e o presidente FHC tentaram nos vender foi a idéia de que os acontecimentos recentes são fruto de uma fatalidade, da natureza das coisas e não de uma opção política que torna nossa economia vulnerável.

A barragem "mediática" teve como culminância a intervenção do sedutor Arnaldo Jabor, pelo qual setores da classe média têm orgasmos intelectuais, dizendo que a crise no Brasil aconteceu por culpa do Congresso que não votou as famosas reformas. Ora!, mesmo o mais empedernido liberal sabe que as reformas só produzirão efeito a médio e longo prazo e que a atitude dos "investidores" tem muito mais a ver com câmbio valorizado, balança de pagamentos e outras coisas do gênero. Enquanto isso, o remédio imediatista proposto (alta das taxas de juros e cortes no orçamento) provocarão desemprego, arrocho salarial e cortes nas já nanicas verbas sociais, isto é, sangue, suor e lágrimas para os "de baixo".

Isso mostra que à política econômica não cabem remendos tópicos e sim uma alteração completa e radical, no sentido

de recuperar em primeiro lugar a soberania do governo e, assim, do povo que o elege, de fazer política econômica e, a partir daí, colocar em primeiro lugar as necessidades da maioria da população.

O caminho seguido não é inevitável! Existem economistas, tão ou mais prestigiosos (Celso Furtado, Luiz Gonzaga Beluzzo, Nogueira Batista) que a ekipekonômica do ex-"príncipe dos sociólogos", que dizem que as coisas podem ser diferentes, que a exclusão não é da ordem natural das coisas, que o serviço público não precisa ser sucateado e que existem outros modos de se relacionar com a economia global que não seja ficar joelhos diante do Sr. George Soros, *et caterva*.

Mas a opção adotada fornece uma pressão adicional aos donos do poder no sentido de cortar ainda mais os meios da universidade, que aliás não consta em seus planos, pois ela aponta para o oposto: para a independência tecnológica, para a soberania cultural e para o longo prazo.

Assim, temos razões de sobra para fazermos um protesto vigoroso e dizer um não profundo àqueles que nos querem fazer pagar a fatura de sua incúria. O projeto do governo não só exclui os sem-terra e os sem-emprego mas também uma grande legião na qual estamos incluídos. É isso mesmo: estamos cada vez mais incluídos na exclusão!

Temos que superar a desesperança, reativar os velhos meios de protesto e assim recuperar, no mínimo, a nossa dignidade. Talvez seja este o momento em que, apesar da barragem de fumaça da mídia, a população comece a enxergar com seus próprios olhos. Será que não podemos ajudar a dissipar esta bruma?

ad nauseam

...E MEDIDA N° 52:
CORTE NOS GASTOS
COM PROPAGANDA.

CORTA ESSA !



Mariano/Intemel

Regras para criação de Universidades

Brasília – Para conquistar o *status* de Universidade, uma instituição de ensino superior terá que ter pelo menos três cursos de pós-graduação com a chancela da Capes ou passar por rígido teste de produção intelectual. As exigências constam de uma resolução que o Conselho Nacional de Educação (CNE) usará para decidir sobre credenciamentos. Ainda pendente de homologação pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza, a resolução consolida as duas portarias publicadas em outubro pelo MEC que

estabeleceram critérios para distinguir uma Universidade de um centro universitário. "Se essas medidas estivessem em vigor, a Faculdade Anhembí-Morumbi, por exemplo, jamais viraria uma Universidade", afirmou o conselheiro Jacques Velloso, ao se referir à polêmica que levou ao pedido de demissão do filósofo José Arthur Giannotti, em agosto. Outra resolução aprovada pelo CNE determina que as Universidades e centros universitários sejam administrados por colegiados com participação majoritária do corpo docente.

Capes não dará novas bolsas em 98

Brasília – Com a restrição orçamentária anunciada em decreto no último dia 11, a Capes terá que optar entre tirar bolsa de quem já tem ou não conceder novas bolsas em 98. A afirmação é do próprio presidente da entidade, Abílio Baeta Neves. "As faculdades provavelmente vão optar por manter as atuais e não dar novas", afirmou. O decreto estipula que as despesas com as bolsas de ensino e pesquisa não deverão ultrapassar no ano

que vem 90% do orçamento de R\$ 390 milhões executado em 97. O governo já havia enviado ao Congresso uma proposta de orçamento para 98 reduzindo o valor para R\$ 350 milhões. A Capes tentava reverter a diferença de R\$ 40 milhões através de emenda. Com o decreto, o governo sepultou a possibilidade de recuperação da diferença. Este ano foram concedidas 21 mil bolsas, das quais 3.150 (15%) foram novas.

USP tem novo reitor

São Paulo – O atual pró-reitor de Cultura e Extensão da USP, Jacques Marcovitch, foi designado reitor pelo governador Mário Covas na sexta-feira (7). Marcovitch liderava a lista tríplice encaminhada a Covas pelos 264 membros do Colégio Eleitoral. O outros dois nomes da lista também possuem cargos no gabinete do reitor Flávio Fava de Moraes. Logo atrás

de Marcovitch ficou a vice-reitora, Myriam Krasilchik, e como terceiro colocado figurava o pró-reitor de Pós-Graduação, Adolpho José Melphi. A escolha de Covas não agradou a Associação de Docentes da USP (Adusp). Nos dias 20 e 21 de outubro, a entidade realizou consulta aos professores. O preferido foi o professor Erney F. Plessmann de Camargo.

Baixa pacote, sobe mensalidade nas particulares

São Paulo – Com o fim da isenção fiscal para as entidades educacionais incluído no pacote econômico divulgado no dia 10, as Universidades privadas devem ter um aumento de 20% nas mensalidades. A previsão é do diretor-executivo da Associação Nacional de Universidades Privadas (Anup), Otávio Tomelin. A Anup congrega 47 universidades, 70% delas

filantrópicas, o que lhes garante o direito à isenção de INSS, ISS e IR. Para Tomelin, tudo o que o governo tirar será repassado para as mensalidades. A Anup está elaborando um relatório com todos os dados e serviços prestados pelas universidades que compõem a entidade para mostrar ao governo os efeitos do pacote sobre essa área.

Autonomia Universitária em debate na UFPE

Recife – O reitor da Universidade Federal de Pernambuco, Mozart Neves Ramos, e a Associação de Docentes da UFPE promoveram um encontro com parlamentares para discutir os efeitos da PEC-370 sobre as universidades federais. Participaram do encontro o Conselho Universitário, representantes dos departamentos, sindicatos de professores e de funcionários e entidades estudantis.

O presidente da Adufepe, Jaime

Mendonça, apresentou um documento produzido pela diretoria da entidade em que é apontada a experiência do processo de reestruturação universitária implantado no Chile e na Argentina. "As universidades não ganham autonomia. Na verdade, elas perdem ao se vincularem ao mercado. A falta de compromisso do governo com o Ensino Superior obriga as universidades a catarem recursos para continuar a existir", afirma Mendonça.

XVII Congresso ANDES/SN

6 a 12 de fevereiro de 1998 - Porto Alegre/RS

ADufrgs

Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Seção Sindical da ANDES-SN. Rua Otávio Corrêa, 45. Porto Alegre/RS
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (051) 228.1188
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br Home Page: <http://www.adufrgs.org.br>

ADVERSO

Publicação quinzenal
Impresso em papel Ecograph

DIRETORIA

Presidente: Renato de Oliveira; **1º Vice-Presidente:** Carlos Schmidt; **2º Vice-Presidente:** Lúcio Hagemann; **1º Secretário:** Eloínia Prati dos Santos; **2º Secretário:** Jorge Ducati; **1º Tesoureiro:** Mário Brauner; **2º Tesoureiro:** João Vicente Silva Souza; **1º Suplente:** Benedito Tadeu César; **2º Suplente:** Ricardo Jacobi.

Edição: Silvanio Mariani

Reportagem: James Görgen e Raquel Sager

Estagiárias: Adriene Trinca e Fabrícia Osanai

Capa: Gilmar Fraga **Revisão:** Jorge Barbosa

Tiragem: 5.000 exemplares



Epidemia invisível

Eduardo Passos - Obstetra do Hospital de Clínicas de Porto Alegre

Pergunta – Segundo informações do Jornal do Conselho Federal de Medicina, o Brasil ostenta, há mais de trinta anos, a liderança mundial em partos cesarianos. A que se atribui essa

“preferência nacional”?

Resposta – O número de cesarianas é extremanente alto. Tal fato é simplifcadamente explicado pela execução de ligaduras tubárias. Porém, não se trata de um aumento somente com objetivo de se realizar uma ligadura e, sim, de uma cultura existente de que a cesariana é melhor do que o parto normal. Assim, se observarmos dados da secretaria de saúde aonde se identifica o tipo de parto segundo a escolaridade poderemos ver que quanto maior a escolaridade maior a taxa de cesariana. Vejamos que, em um certo nível social com atendimento privado, a cultura da cesariana é preponderante e o médico não procura se contrapor à idéia de sua paciente quanto a opção de cesariana. Em outro nível de atendimento dito de pacientes de conveniados, temos o péssimo pagamento pelo atendimento e a desculpa imoral de que ao atender um parto pelo convênio deixa de estar no consultório com ganho maior e menos risco. Portanto a cesariana é a opção mais “interessante”. Nos pacientes que não têm seguro-saúde e que necessitam do SUS a cesariana passa a ter taxas mais baixas. Exemplo, em um hospital privado de Porto Alegre a taxa de cesariana chega a 90% enquanto que no Hospital de Clínicas, mesmo sendo uma maternidade que atende partos de alto risco, a cesariana corresponde a 25% dos atendimentos obstétricos.

P – O ensino médico no Brasil não contribui para a manutenção dessa epidemia invisível?

R – O ensino em faculdades de primeira linha não pode ser responsabilizado pela deformação existente. A deformação desta conduta tem explicações na dificuldade do mercado na identificação do médico como principal responsável pelo sistema de saúde. Portanto, a cesariana acaba reduzindo os riscos de acusações de partos prolongados com imputações de culpa pelo nascimento com sofrimento, etc. A Federação das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia, juntamente com o Ministério da Saúde, deve iniciar brevemente uma campanha de divulgação e esclarecimento sobre o tema “Normal é Parto Vaginal” conforme foi colocado no último congresso de ginecologia e obstetrícia, realizado no Rio de Janeiro, de 5 a 9 deste mês.

P – O que pode ser feito para modificar o quadro descrito acima?

R – O atendimento obstétrico deveria ser feito por plantonistas com pagamento fixo, ficando extinta a obstetrícia privada. Ou talvez um sistema em que a paciente, mesmo querendo seu médico privado, submeta-se à rotina do médico plantonista. Uma forma mais branda seria a notificação compulsória de cada cesariana para um comitê regional de atendimento obstétrico. Assim, o profissional que apresentasse em seu atendimento índices muito elevados e comprovada a indicação inadequada de cesarianas seria convidado para uma atualização em forma de estágio em uma universidade, e somente após aprovação teria novamente autorização para atuação obstétrica.

Brasílianas

Planos de Saúde

A Câmara dos Deputados aprovou na segunda quinzena de outubro o substitutivo do deputado Pinheiro Landim (PMDB/CE) que regulamenta os planos de saúde. Apesar do esforço do bloco da oposição, foi rejeitada uma série de propostas que atendiam aos interesses dos usuários, como as que previam a cobertura integral de todas as doenças e procedimentos, o aumento da participação do Ministério da Saúde e dos usuários na regulamentação e fiscalização das atividades das operadoras e a proibição de convênios entre essas instituições e órgãos públicos. O texto aprovado foi encaminhado para a Comissão de Assuntos Sociais do Senado, onde deve sofrer alterações, e depois retornará à Câmara.

Os planos privados atendem a mais de 40 milhões de brasileiros sem qualquer fiscalização ou controle. A expectativa é de que no Senado sejam apresentadas emendas prevendo, entre outras coisas, a proibição de reajustes decorrentes de mudança de faixa etária independentemente da idade, o fim de prazos de carência (no texto aprovado esse prazo é de dez meses para partos e seis meses para outros casos) e a impossibilidade de exclusão de doenças e lesões pré-existentes. O substitutivo aprovado na Câmara estabelece planos mínimos ambulatorial, odontológico e hospitalar a serem oferecidos pelas empresas. Prevê ainda que aposentados e desempregados sejam aproveitados nos planos e seguros coletivos por um determinado prazo. Após a saída do emprego, o usuário desempregado pode continuar sendo atendido por no máximo dois anos ou um terço do tempo de contribuição. Para o aposentado que tenha menos de dez anos de adesão, o limite máximo será igual ao tempo de adesão. Aqueles com dez anos ou mais de adesão permanecem indefinidamente. (Fonte: Jornal do Diap)

OPINIÃO

A arte do autoritarismo velado

Diretoria da Adufrgs

Com que, então, estamos assim: as enchentes no Sul, a seca no Nordeste e o calor no Centro-Oeste são consequência do El Niño; já a instabilidade econômica é decorrente de ataques especulativos que poderosas forças movem contra o Real a partir do ciberespaço.

Esse talvez seja o aspecto mais grave da chamada crise das bolsas: o governo e a mídia apresentam a situação como inevitável, como consequência da ordem natural das coisas e não como resultado de uma opção na condução dos negócios da Nação.

Essa postura é de um autoritarismo brutal, porque velado, excluindo qualquer outra via, como se simplesmente não existissem alternativas. Dado o suposto de que os fundamentos do Plano Real são inquestionáveis, questioná-los equivaleria a questionar os próprios fundamentos da Nação: “Façam oposição a mim e não ao Brasil”, foi o deslante da fala presidencial! Já o ministro da Fazenda foi na televisão dizer que está “autorizado pelo Presidente” a suspender as medidas econômicas se alguém apresentar uma “sugestão melhor”. Lindo! Em simpatia só perde para a mocinha da meteorologia! Como ninguém tem solução melhor, aceita-se o que o Governo propõe, que, por propor as únicas medidas possíveis para salvar não o Real, mas a própria Economia, torna-se um Governo de Salvação Nacional.

Como as medidas adotadas não eliminam a causa da instabilidade econômica - que, como sabemos, são forças que se movem no ciberespaço, de onde nunca sabemos quando vão desencadear um novo ataque especulativo, assim como não sabemos quando o El Niño vai promover estragos em nossas casas e lavouras! - o imperativo da salvação do Real, que não é senão a Salvação Nacional, acabará suplantando outros imperativos - por exemplo, o imperativo das eleições presidenciais. Em outras palavras, as propriedades físicas do capital volátil podem simplesmente volatilizar as urnas de outubro de 98! Afinal, o próprio Presidente, do alto do seu patriotismo, já declarou que sua

responsabilidade de salvar o Real/Nação (“Não façam oposição ao Brasil”!) está acima de suas ambições reeleitorais, e que portanto não recuará frente à dureza e à impopularidade das medidas que se fizerem necessárias. O que significa que frente a novos ataques especulativos (pois os especuladores do ciberespaço estão a postos para promoverem novos estragos), novas medidas mais duras e impopulares se farão necessárias, quanto a isto não há dúvidas. Ora, como pensar em eleições e em política quando a Pátria está pendurada no pregão da Bolsa? Em suma, está aberto o caminho para o Governo de Salvação Nacional!

Mas vejamos alguns dos argumentos governamentais e suas consequências imediatas.

Em primeiro lugar, ao contrário do que se quer dizer, não é a classe média a principal prejudicada pelas medidas, embora o seja e muito. Os principais prejudicados são os trabalhadores, via o desemprego provocado pela redução da atividade econômica. Se em um patamar de 4% de crescimento do Produto Interno Bruto o desemprego já vinha aumentando, o que acontecerá com uma taxa inferior a 2% (com sorte!) ou com recessão aberta?

Por outro lado, os ganhos que o governo projeta com o pacote fiscal serão em grande parte absorvidos pelos juros da dívida pública, cujas taxas ele mesmo aumenta para manter o fluxo de capital especulativo que, neste modelo, é necessário para fechar as contas externas.

Pelo lado da inflação não se cogita mudanças, pelo menos no curto prazo. Isto é, ela continuará baixa por conta da diminuição da atividade econômica que deve, em parte, se contrapor aos aumentos de preços e tarifas projetados no pacote. Ou seja, a moeda pode continuar estável, pelo menos por enquanto, mas vai se tornar um artigo raro nas mãos da maioria da população.

A Universidade e o serviço público em geral vão acelerar seu processo de sucateamento e, a grande novidade!, ficamos sabendo que teríamos reajuste em 98 porque o mesmo foi suspenso! As bolsas da Capes e do CNPq terão redução em torno de onze mil bolsas e as verbas para educação, saúde

e assistência não serão reduzidas, conforme os responsáveis pela política econômica - vejam, também ficamos sabendo que a Capes e o CNPq não têm nada a ver com educação! De qualquer forma, será difícil manter os níveis de orçamento nestes setores, uma vez que as verbas de custeio de uma maneira geral serão reduzidas.

O setor financeiro será mais uma vez “involuntariamente” beneficiado. O reajuste fiscal poderia ter onerado os mais ricos através da regulamentação do imposto sobre as grandes fortunas (o que é previsto na Constituição!), ou pela criação de alíquotas para as faixas de alta renda. A preferência, no entanto, foi por um corte linear que atinge “democraticamente” os contribuintes.

O pior é que as coisas não vão parar por aí! Esse modelo, que se caracteriza pela abertura indiscriminada da economia e pela recusa do Estado em exercer o papel de regulador do mercado, implica que o país continue a fazer parte do cassino global onde a instabilidade é a regra e as turbulências estão longe de terminar. Na realidade, o mítico investidor, que além de não morar apenas no exterior só não está ao nosso lado porque reside nos bairros elegantes, está cada vez mais sensível aos sinais de instabilidade e cobra cada vez mais tributo de sangue, suor e lágrimas para se sentir seguro.

A “segurança” depende de que os governos mostrem que estão dispostos a fazer qualquer coisa para agradá-los, principalmente se num gesto estóico esfolarem vivos seus concidadãos. Neste mundo de símbolos, importa mais a violência do gesto do que a eficácia econômica - aliás, neste quadro, onde estamos nas mãos dos que controlam o dinheiro, a eficácia, ainda que efêmera, depende da afirmação da submissão.

Alternativas existem, mas para tal é necessário romper os dogmas da vassalagem tucano-pefelista e recuperar a soberania, inclusive da moeda, que esses senhores alienaram. O pior caminho é submeter-se aos terrores disseminados pela mídia, como se os bilhões de dólares semanalmente perdidos para o capital financeiro fossem o necessário tributo que devemos pagar por existir.



O dilema dos docentes das IFES

Gerônimo Wanderley Machado – Profº do Dep. de Ciências Econômicas da UFSC, ex-secretário geral da Apufsc.

Sob o dilema da pauta específica versus a pauta geral o movimento docente (MD) passou os seus últimos sete anos dividido e vociferando. Buscando se entender entre lutar por seus interesses específicos ou pela pauta de interesses comum de todos os servidores públicos federais (SPFs), entre eles os docentes das instituições federais de ensino superior (IFES).

De um lado, a pauta com os interesses do magistério que é uma categoria de trabalhadores especial. Docentes e pesquisadores produzem e trabalham muito individualizadamente mas expõem e divulgam o que fazem, relacionando-se com muita gente (estudantes, meios de comunicação ou por intermédio de trabalhos escritos para usos diversos e difusos). Os burocratas, bancários, operários, comerciários, etc, trabalham e produzem, quase sempre socializadamente e o resultado do que fazem é “distribuído” quase que individualizadamente. Então, a natureza e a essência do trabalho docente, apesar de ser um serviço público de

educação, ensino, pesquisa e extensão não se confunde com a das outras categorias de trabalhadores que, do outro lado, integram a miscelânea de um conjunto muito semelhante de serviços burocráticos, repressivos, fiscalizatórios, controladores, etc. E, portanto, com interesses muito comuns entre todos estes SPFs.

Portanto, a composição de uma pauta de reivindicações e de interesses comuns entre esses dois blocos de trabalhadores, que as mobilize unificadamente é, indiscutivelmente, muito difícil e os nossos anos de história e de lutas têm, sobejamente, mostrado isto.

Por essas razões, no magistério reivindicamos salários, condições de trabalho (Ensino, Pesquisa, Extensão, Interdisciplinariedade, Autonomia Universitária, Ensino Público, gratuito e de qualidade, Bibliotecas, Laboratórios, Educação Infantil e Fundamental, etc.). Junto com os SPFs temos reivindicado salários agregados à reforma do mundo e revolução geral, abaixo o capitalismo, reforma agrária, luta contra toda e qualquer reforma de estado burguês (acabamos nos situando só a favor do assalto ao Palácio de Inverno), contra a privatização de todas as estatais, contra FHC, contra a globalização e o projeto neoliberal, etc.

Ora, diante deste dilema, os Docentes se afastaram do Sindicato,

das Associações Docentes (ADs) e da Andes. Deixaram-nos na mão. Talvez não só por isso! Pois há a crise geral do capitalismo – ora, extremamente agravada pela crise das Bolsas de Valores de Hong Kong, Nova York, Paris e São Paulo e pelo estúpido aumento das taxas de juros no Brasil, além da crise do socialismo que nos atingiu fortemente. A derrota do Leste Europeu, de Moscou e de Leningrado. A queda do Muro de Berlim. Os feitos e efeitos do Plano Real, o desemprego crescente, os baixos salários, etc.

Os SPFs, por sua vez, deixaram o Movimento Docente literalmente na mão nas greves de 91, 93 e 95. Naquelas greves, quando os SPFs obtiveram, especificamente, quaisquer vantagens ou acenos do “patrão” ou quando estiveram diante de pequenas ameaças recuaram, antidemocraticamente, dos comandos das greves, por exemplo. E nós sabemos que as greves específicas do magistério (da Andes e das ADs), sempre duravam muito tempo, mais de 45 dias para que obtivéssemos um mínimo de atendimento de nossas reivindicações ou de compromissos efetivos de negociação de nossas pautas com o governo federal, vide os anos de 1984, 87, 89 e 91. As greves unificadas com os SPFs não passaram dos 26 dias (1993), ou não aconteceram, como em 1994, além do arrasador fiasco de nossa mirrada

greve unificada de 1995, etc.

Isso quer dizer que o dilema exposto nos mostra que a unidade do MD com os SPFs foi prejudicial aos docentes da IFES que se distanciaram da Andes e das ADs. Os docentes nos abandonaram porque perderam a credibilidade em nossas entidades e em suas lideranças e direções políticas muito afastadas dos interesses das bases (para ficar no jargão conhecido). Isto nos mostra que para retomar a confiança dos docentes deveremos retomar as nossas pautas específicas. Isso quer dizer que devemos retomar a luta por salários e verbas para as IFES, pela reestruturação da carreira docente e não devemos priorizar a luta unificada com a geléia geral dos burocratas, repressores, controladores, etc. Devemos retomar a luta por nosso plano de carreira e de formação acadêmica e científica, por verbas para a pesquisa, por melhores condições de trabalho, por ensino público, gratuito e de qualidade... (Nossa pauta também não deve ser contra a LDB do Darcy mas a favor de uma LDB, de um Conselho Nacional de Educação e de um Plano Nacional de Educação que contemple os interesses das amplas massas de trabalhadores e o ensino, a pesquisa científica e de ponta, etc.). O trabalho conjunto com os SPFs deve, então, ser secundarizado pelo MD, não deve ser priorizado. Isto não quer dizer que não hajam

algumas áreas e espaços de trabalho comum e unificado com os SPFs e nem que isto deve simplesmente ser desprezado. Isso tem que ser ajustado às condições concretas e aos interesses objetivos, imediatos e remotos dos docentes das IFES.

Isto quer dizer que o nosso problema é claramente político, portanto, de correlação de forças, dentro do MD: pela pauta das IFES ou pela pauta dos SPFs. Portanto, o nosso problema não é de encontrar artifícios para formular uma tabela de salários ou redefinir os nossos índices de aumento salarial. Isso já está calculado e é sabido por todos os docentes, pelo MD e pelos SPFs.

Os índices de correção de nossos salários já foram calculados pelo DIEESE. Nós já sabemos como eles vão corrigir as nossas tabelas de salários. Isso tudo já foi formulado como propostas e já foi protocolado no MEC, no MARE e junto ao Governo Federal. O que nos falta é a força política, unidade efetiva e eficaz do MD, da Andes e das ADs para arrancarmos as nossas reivindicações específicas do Governo Federal, para o nosso benefício e das IFES. O resto é “falação”. É isto o que o MD deve discutir e aprovar em suas Assembléias Gerais (AGs), nas Associações de Docentes, na Andes, para fortalecer e se unificar, lutar e conquistar o que pretendemos.

Mobilização por pauta específica ou conjunta

Márcio Antônio de Oliveira – Secretário-Geral do Andes-SN

Historicamente, o movimento docente tem feito a análise e a leitura de que não são excludentes estes dois caminhos, isto é, uma pauta de reivindicações específica não tem um conteúdo exclusivo da categoria docente, assim como uma pauta do conjunto dos Servidores Públicos Federais (SPFs) não se atém a questões genéricas, como se se referissem a um corpo abstrato, que desconhece os seus componentes, entre os quais estão os docentes. Em ambos os casos, a leitura da conjuntura tem demonstrado a relação constante entre docentes, os SPFs e o conjunto dos trabalhadores brasileiros.

Essa relação não foi construída isoladamente. Mesmo até a Constituinte, período que a conjuntura possibilitava ganhos em relação às questões específicas, a articulação com o conjunto da sociedade e com os trabalhadores não ficou em segundo plano. Isso possibilitou-nos grandes momentos: as greves de 1980 e 1981, a vitória inquestionável da Isonomia de Carreira nas Instituições Federais de Ensino Superior, (IFES) em 1987, sem abdicar da luta geral pela Anistia, pelas Diretas Já, pela unidade dos trabalhadores, pela criação da CUT e pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana.

Na Constituinte, o movimento docente fez, com o conjunto da sociedade, a luta pela retomada de direitos sociais e tornou concretas na Constituição aspirações que diziam respeito a sua compreensão de serviços públicos, neles incluída a Universidade, de um Estado sem clientelismo, sob o mais largo controle da sociedade e tendo como referência o atendimento do conjunto de seus pleitos.

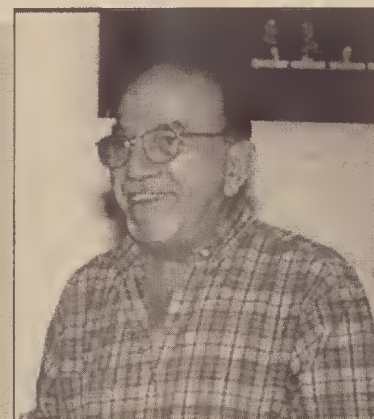
Aseleções de 1989, que levaram Collor ao poder, propiciaram a reentrada em cena do conjunto de forças derrotadas na Constituição e que, através das iniciativas presidenciais, retomaram linhas de ação visando reorganizar o Estado no interesse da aliança dos setores dominantes e conservadores. Vêm de Collor as primeiras medidas pela revisão da Constituição, pela “modernização” do Estado, baseada na desregulação geral, nas privatizações, na perda de direitos de cidadania conquistados. Não é preciso lembrar que a PEC 56-B, ao lado das privatizações dos setores energético, de telefonia e de prospecção e beneficiamento mineral, por exemplo, tratava também da reestruturação da Universidade, retomando velhas propostas da ditadura militar e da Nova República: reestruturar para privatizá-la.

O impeachment de Collor não estancou as ações do governo contra a população e os setores organizados da sociedade. Essas investidas continuaram, de forma ainda mais agressiva com a chegada ao poder de FHC contra os serviços públicos, inclusive a Universidade Pública e Gratuita, com destaque para os conteúdos das PECs que se referem às Reformas da Administração, da Seguridade Social e à Autonomia da Universidade. Além disso, através de Decretos e MPs, o governo impõe de modo autoritário nova configuração para a educação. Da mesma forma, o governo desestrutura as relações de trabalho, ataca os sindicatos e impõe aos servidores públicos arrocho salarial há três anos.

O Plano de Lutas do Andes-SN, a partir da leitura que é feita da conjuntura, tem reafirmado que o governo, aliado dos setores internacionais, tem um projeto que vem de encontro ao projeto que vem sendo construído pelo conjunto das forças populares organizadas, o que implica no esforço de buscar a construção da luta unitária com os SPFs por um conjunto de reivindicações que alicercem a nossa perspectiva de Estado e de Serviço Público para a inclusão e não exclusão social.

Essa perspectiva não quer dizer que o encaminhamento da Pauta específica deva ser postergado. Deve-se lutar por ela, mas não se pode perder de vista a dimensão da sua relação com o conjunto da sociedade. Tendo como pano de fundo o desmonte que o governo neoliberal vem realizando, não é possível acreditar que irá atender quaisquer pleitos, a não ser aqueles que permitam o seu sucesso na estratégia de configuração da sociedade sob o seu controle, o mesmo se aplicando à Universidade, trazendo a desagregação e conseqüente destruição da Universidade Pública e Gratuita.

Portanto, a nossa luta tem que estar balizada por esses dois eixos – a Pauta específica e o da luta com o conjunto dos SPFs e dos trabalhadores de um modo geral. Isolar-se no específico é desconsiderar o Projeto do Governo; batalhar apenas no conjunto significa desvincular-se da natureza própria do movimento docente. O caminho está na abordagem global da questão e essa tem sido a posição das Instâncias do Sindicato que a Diretoria vem encaminhando, isso sem perder a dimensão total da conjuntura. Assim, a pauta está sendo apresentada considerando basicamente o piso salarial do magistério, com carreira e capacitação; inclui também



a luta pela democracia interna na Universidade e pela Autonomia. Ao mesmo tempo, estamos na luta conjunta com os SPFs por reajuste salarial para todos. Contra, portanto, os “diferenciados” dados pelo governo a algumas categorias e na luta pela preservação do Regime Jurídico Único (RJU), da Seguridade Social pública e gratuita e dos direitos conquistados na Constituição de 1988.

Enfim, a mobilização tem que ser dirigida tanto para a Pauta específica quanto para a do conjunto dos SPFs. Querer dicotomizar não constrói. Ter a compreensão dessa complexidade é fundamental. Desvendá-la, nos marcos da Utopia, significa que poderemos avançar com qualidade na trajetória de construção da luta unitária dos docentes com o conjunto dos SPFs e trabalhadores de um modo geral, por um projeto de inclusão total dos cidadãos. No mais, é o trabalho de todos!

Fórum debate os rumos da TV Universitária

Profissionais de televisão e professores de todo o país discutem as características e os problemas do novo Canal

Adriene Trinca

A universidade ultrapassa as fronteiras da sala de aula para alcançar cada vez mais a sociedade. O mais novo instrumento de ensino pode não ser a última moda em tecnologia mas tem um dos maiores índices de penetração nos lares e locais de trabalho das comunidades: a televisão. Para estabelecer muitos critérios e analisar bem suas características, a Universidade de Caxias do Sul sediou, nos dias 30 e 31 de outubro, o 1º Fórum Brasileiro de Televisões Universitárias. Profissionais de todo o Brasil reuniram-se para discutir os rumos dos canais disponíveis em TV a cabo para as instituições de ensino superior. Eles debateram o perfil, as diretrizes e as características da programação do canal universitário.

Canal da Ciência

Todos e os especialistas presentes concordaram que o perfil da Televisão Universitária deve atender a duas características básicas difíceis de conciliar: "aos princípios da universidade e da própria televisão", definiu Jaime Paviani, coordenador do Curso de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e professor da Universidade de Caxias do Sul (UCS). A TV Universitária deve servir de elemento de produção de conhecimento e desenvolvimento de cultura e, além disso, diferenciar-se dos canais comerciais. "A TV Universitária não pode se preocupar com índice de audiência, mas com o universo dessa audiência", afirma o diretor-presidente da Fundação Padre Anchieta/SP, Jorge da Cunha Lima. "Não devemos ter medo da tecnologia, nosso equipamento é o conteúdo", completa.

As televisões universitárias têm características semelhantes às das educativas. José Antônio Vieira da Cunha, presidente da TVE/RS, alerta



Durante o Fórum foi inaugurada na Universidade, a Central de Televisão Educativa de Caxias do Sul, sede da UCS TV

que elas não podem contar com patrocínio, comerciais, nem doações, segundo a legislação em vigor, mas talvez possam utilizar a mesma saída encontrada pelas TVE's: o apoio cultural.

"Devemos valorizar a inteligência pobre, em vez de prestigiar a tecnologia burra", disse, sob aplausos da platéia, o professor Luis Barco, da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, envolvido no projeto da TV Universitária de Bauru. Neste ponto todos concordam: pode-se fazer muita coisa boa com poucos recursos. Uma das alternativas destacadas durante o Fórum que pode driblar a crise financeira das televisões universitárias é a troca de programas entre as emissoras. Para isso, deverá ser criada uma espécie de Bolsa de Programas, nos moldes da Bolsa de Teses,

possibilitando a todos saberem o que está sendo produzido nos mais variados pontos do país e facilitando o intercâmbio das produções.

Também foi consenso que o canal universitário será destinado à integração entre o meio acadêmico e a comunidade, e que deverá servir para a realização de programas de pesquisa, ensino e cultura. As parcerias entre Universidades e entre as televisões educativas e as demais instituições de ensino superior surgem como outra alternativa. Vieira da Cunha alerta que "os convênios entre os canais comunitários, educativos e universitários trarão facilidades para todos os envolvidos", desenvolvendo bons programas com pouco dinheiro.

Todos Juntos

Mas a grande polêmica do encontro girou em torno da participação dos estudantes de

Estatuto da associação não é aprovado

Um dos mais importantes pontos discutidos durante o Fórum foi a criação da Associação Brasileira de Televisões Universitárias (ABTU). Os participantes receberam junto com o material do encontro a minuta do estatuto para estudo e discussão. O texto previa a criação de uma sociedade de âmbito nacional que reunisse todas as universidades, fundações universitárias e instituições de ensino superior, ou pesquisa, do país que operem um canal universitário de televisão, seja ele em VHF, UHF ou TV a cabo. Pelo texto, o objetivo da entidade seria a promoção da defesa dos interesses comuns dos associados, a relação com organizações congêneres nacionais e internacionais, a realização de seminários, fóruns, simpósios e reuniões de caráter regional e nacional, além da publicação de periódicos e edição de obras com a marca da associação.

Os associados deveriam indicar dois representantes ligados à

direção ou produção de TV. A ABTU seria a responsável pela criação e manutenção de um banco de dados, que enviaria a cada uma das associadas a cada dois meses, o nome de todas as televisões universitárias e suas respectivas programações.

Entretanto, a criação da ABTU esbarrou na burocracia das instituições. A maioria dos participantes do encontro não estava representando a reitoria de nenhuma das universidades ali presentes e, portanto, não sentiram-se no direito de assinar ou aprovar um estatuto sem discutir todos os pontos antecipadamente com a direção das instituições. Assim, ficou definida apenas uma comissão que analisará o estatuto e aguardará a posição das instituições.

A criação da ABTU ficou adiada para maio de 1998, em Ouro Preto, quando será realizado um seminário nacional sobre TV a cabo, juntamente com o 2º Fórum Brasileiro de Televisões Universitárias.

comunicação na produção dos programas apresentados pelas universidades. Os alunos devem trabalhar neste projeto?

"A televisão da Universidade não deve servir de laboratório" afirmou logo no início do encontro, Jaime Paviani. Na TV PUC de São Paulo o trabalho é realizado por profissionais contratados. Já na Universidade Federal de Santa Maria, o projeto TV Campus conta com a participação dos estudantes de jornalismo em todas as etapas de produção. O professor responsável pelo trabalho, Sérgio Assis Brasil defende que "o estudante é elemento importante no canal universitário".

Os poucos estudantes presentes no Fórum bem que tentaram discutir a questão mas sempre

esbarravam na falta de tempo para as perguntas ao final dos debates. Uma das alegações para vetar a participação de alunos na produção do canal universitário é a de que estes não estariam prontos para tais tarefas ou que a qualidade de desempenho das turmas varia muito. Portanto, não estariam capacitados para concorrer com os demais canais da TV a cabo, que têm excelente qualidade. Os estudantes ficam apenas com um espaço para a reprodução dos melhores trabalhos realizados na faculdade.

A legislação das Televisões Universitárias prevê a participação e o direito a voz e voto de professores, funcionários e estudantes nas decisões. Daí o nome *TV Universidade*, e não *da Universidade*.

Aposentados

Aposentadoria à luz das reformas constitucionais

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal de Porto Alegre realizou no dia 31 de outubro, das 9h às 13h, um seminário para discussão do tema.

O seminário foi presidido pelo vereador Elói Guimaraens, presidente da Comissão de Constituição e Justiça, e os debates pelo jornalista Erci Pereira Torma, presidente da Associação Rio-grandense de Imprensa. Foi palestrante o assessor da bancada do PT na Câmara Federal Luiz Alberto dos Santos, advogado especial

lista em previdência social e foram debatedores os deputados federais do RS Jarbas Lima (PPB), Miguel Rossetto (PT) e Matheus Schmidt (PDT).

O palestrante apresentou um breve histórico sobre o serviço público nas Constituições Federais (1937, 1946, 1988) e as atuais propostas em tramitação no Congresso. Apontou os riscos a que a população brasileira estará submetida no caso de aprovação dos atuais textos das reformas Administrativas e Previdenciária.

Destacou as manobras contra o RJU, os direitos adquiridos e o "clima" criado pelo Executivo e pela mídia da necessidade das Reformas e da desqualificação e desconstituição do serviço Público. Apontou a garantia que está sendo mantida para os servidores militares em termos de previdência especial, retrocedendo ao período anterior à Constituição de 1988. Enfatizou que não são divulgados os trabalhos e cálculos atuariais que comprovam a viabilidade da pre-

vidência atual para servidores públicos e trabalhadores em geral, sem necessidade de Reformas.

Os deputados debatedores focalizaram a questão do Estado Democrático de Direito, das conquistas dos trabalhadores brasileiros ao longo de sua história e o atual cenário de globalização que vem determinando as Reformas, conservadoras na visão do deputado Rossetto.

Tanto o palestrante como os deputados foram muito enfáticos ao apontar que "não há ainda fatos

consumados, há terrorismo; é importante a defesa dos direitos. Mobilização é fundamental", afirma Luiz Alberto Santos.

É fundamental que a população e os servidores públicos, em especial, não considerem as Reformas como já aprovadas. Conforme os deputados há espaços para a Câmara Federal fazer alterações no que já foi aprovado e essas alterações dependem da mobilização da sociedade organizada e da população em geral.

A Universidade adere às leis do mercado

Fotos: Fabricia Osanai



Faurgs administra o dinheiro de convênios e de contratos da Universidade desde 1995

Face à progressiva diminuição de recursos públicos, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul caminha a passos largos para a integração ativa com o mercado. Mais de 500 contratos e convênios remunerados com empresas públicas, privadas e universidades particulares mostram que a caminhada é irreversível. Mas como são gerenciados esses projetos? Quem ganha e quem perde com isso? E a grande pergunta: qual é o impacto dessas iniciativas no perfil acadêmico de uma Universidade Pública?

Raquel Sager

Criada em 1994, a Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Faurgs) é privada de utilidade pública e tem como uma das funções gerenciar os recursos dos projetos que são desenvolvidos por pesquisadores e professores da Ufrgs. Para isso cobra uma taxa de 5% do valor arrecadado pelos cerca de 500 contratos que estão sendo realizados através da entidade.

O presidente da Faurgs, João Antônio Neto Caminha, ex-diretor da Faculdade de Odontologia, disse que não tem idéia de quanto dinheiro foi mobilizado pelos projetos em 1997. Ele garante que isso só será levantado no balanço do final deste ano, mas acredita que irão ter um superávit de R\$ 400 mil. Em 96, passaram pela entidade R\$ 6,2 milhões, mas Caminha adverte que "aí estão incluídos convênios em que não cobramos taxa para administrar, como CNPq, por exemplo".

A taxa cobrada pela Ufrgs para permitir que sejam realizados esses projetos pela Universidade também é de 5%, além dos 5% que a unidade, ou departamento, recebe por colocar à disposição os professores que serão envolvidos nos trabalhos.

Entretanto, Caminha acentua que há uma diferença entre um contrato e um convênio. O primeiro é quando a unidade é contratada através da Fundação para realizar um determinado serviço sem ter que prestar contas dos gastos. Já o convênio exige uma prestação de contas detalhada.

Segundo o presidente da Faurgs, a tendência de sua administração, que iniciou no final do ano passado, é a de preferir contratos pois dão maior liberdade para que os professores possam gerir os seus próprios projetos, não os engessando em rubricas. "Os convênios são firmados geralmente só com o Finep, CNPq e Capes, que são institucionais ou quando o órgão faz questão de que seja feito dessa forma", diz Caminha.

A Faurgs admite, também, através de seu presidente, os projetos realizados com empresas particulares o que, segundo ele, representa 82,4% do total. "Um contrato com uma empresa privada traz algumas facilidades e a empresa recebe uma nota fiscal justificando a sua despesa para efeitos contábeis", conclui.

Papel da Universidade

Uma grande dúvida entre professores e alunos da Universidade diz respeito ao verdadeiro papel da instituição e, se nele, está incluído o de prestadora de serviços. Segundo

o coordenador da Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais da Ufrgs, Homero Dewes, esta é uma das missões da Universidade porque além de ser uma instituição de ensino superior e de pesquisa, ela também é de extensão. "A Universidade é o último reduto ao qual a sociedade recorre para preencher seus anseios e necessidades que não vêm atendida por outros setores", comenta Dewes. Ele justifica dizendo que um convênio simplesmente expressa os compromissos firmados com uma parceria externa para a realização de uma obra, de um projeto ou de um trabalho.

Na sua opinião, a Universidade possui os meios, a tecnologia e o pessoal necessários para desenvolver alguns projetos e a sociedade precisa deste conhecimento. Então, depois de feito um estudo, a Universidade e a empresa ou instituição formalizam os compromissos de ambas. Aí estão incluídos custos com equipamento, pagamento de pessoal e forma de remuneração.

Os professores que se colocaram à disposição para desenvolver este trabalho terão remuneração extra por isso. De acordo com Dewes, é facultado a esse professor receber um aditivo ao seu salário somente se o contrato for realizado através da Faurgs. "A Reitoria não pode pagar remuneração extra a um professor mesmo que ele tenha prestado outro tipo de serviço que não seja o de dar aula, ou por hora-extra", afirma ao dizer que este é o motivo pelo qual muitos docentes preferem realizar os convênios por meio da Faurgs. "A Lei Federal faculta a Universidade a apoiar-se em fundações de apoio devidamente credenciadas no Ministério de Educação e Cultura e no Ministério de Ciência e Tecnologia", destaca.

Dewes diz que a Universidade, então, recomenda que o dinheiro externo não seja convertido em dinheiro público para que haja maior facilidade na sua utilização. Se esta verba passar a ser pública, existem algumas limitações, começando pela dificuldade de ressarcimento dos professores. Mesmo que o trabalho tenha sido realizado durante as oito horas semanais de que o docente dispõe para prestar auditoria externa remunerada, ou fora do seu horário de serviço, não poderá receber nada a mais do que o seu salário.

Para o presidente da Adufrgs, Renato de Oliveira, não quer transformar o dinheiro privado em dinheiro público é um dos mecanismos através dos quais avança a

ideologia de privatização da Universidade. "O que precisamos é de um novo estatuto jurídico para as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) que garanta o seu caráter público e permita a agilidade e a racionalidade na administração de seu recursos, pois agilidade e racionalidade não são atribuições exclusivas da iniciativa privada", afirma.

Geradora de riquezas

Dispondo de recurso técnico e intelectual para desenvolver projetos para os mais variados segmentos da sociedade e, conforme Dewes, cumprindo o seu papel de "difusora de conhecimento", a Ufrgs pode e deve ter um retorno financeiro e gerar riquezas. "Não podemos mobilizar os nossos ativos para desenvolver produtos voltados para o mercado, mas podemos negociar bem os inventos que produzimos", ressalta.

Dewes observa que, além dos recursos vindos da União, é facultado à Universidade ter receitas próprias que são incorporadas ao seu orçamento para que ela possa viabilizar-se como um todo. Conforme ele próprio estima, estes recursos podem chegar a R\$ 15 milhões anuais, o que representa cerca de 5% do orçamento recebido do Governo Federal. A busca deste aditivo se justifica, cada vez mais, por causa dos constantes cortes no orçamento da Ufrgs, como destaca o professor Caminha.

O diretor do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social, Edni Oscar Schroeder, concorda que um dos papéis da Universidade é a extensão e nela está a prestação de serviços. Mas ele alerta para a generalização quando a extensão passa a ser justificada pela prestação de serviços. "Não podemos cair no erro de pensar que esta é a forma mais fácil de buscar os recursos para manutenção devido aos cortes de verbas para universidade, porque aí estaremos saindo do papel da Universidade, que é de utilizar seus conhecimentos para realizar ações que beneficiem a sociedade", diz.

Convênios transformados em privatização

Diretoria da Adufrgs

O caráter dúbio de alguns convênios firmados pela Ufrgs aparece, por exemplo, no convênio com a Feevale de Novo Hamburgo, aprovado pelo Consun no processo nº 00956/95-98 e assinado em 29 de junho de 1995. Entre as várias ações possibilitadas pelo convênio, uma refere-se à participação de professores da Ufrgs no curso de mestrado em administração da Feevale. Em se tratando de uma instituição privada, obviamente os alunos pagam pelo curso. Ocorre que apenas a primeira fase do curso, pela qual cada aluno paga R\$ 5.500,00, desenvolve-se na Feevale. O restante (fases II e III, custando respectivamente R\$ 2.500,00 e R\$ 3.800,00 por aluno) desenvolve-se na Ufrgs, onde os alunos encontrarão os mestrandos em administração da Ufrgs. Segundo alguns professores, isto gera uma distorção, pois numa mesma turma estarão, lado a lado, alunos pagantes e alunos não-pagantes. Isto não seria uma forma de se privatizar o acesso a uma universidade pública? Se a Ufrgs tem condições de receber em suas instalações, e com seu corpo docente atual. Mais alunos de mestrado do que os que recebe atualmente, não seria mais lógico ampliar o número de vagas ao invés de dar guarida a alunos de instituições privadas que não têm condições de manterem seus próprios cursos de pós-graduação?, é o que se pergunta.

Em princípio, o desenvolvimento de relações inter-institucionais, tidas como bem em si, é o que justifica situações como esta. No entanto, se formos analisar o perfil de cada uma das instituições com que a Ufrgs mantém convênio, em alguns casos tal justificativa deverá ser relativizada. Por exemplo: durante o reitorado anterior, a Ufrgs investiu na formação e consolidação do chamado "Grupo de

Montevidéu", grupo de universidades entre as quais a Universidad de La República del Uruguay, formado com o objetivo de defender o ensino superior público na América Latina; de outro, firmou convênio de cooperação com a Universidad Católica del Uruguay, ponta de lança do ensino superior privado naquele país!

Tais contradições podem ser compreendidas se olharmos para o lado do retorno financeiro que os convênios significam para a Ufrgs e para os grupos diretamente envolvidos. Por exemplo, no caso do curso de mestrado em administração da Feevale conveniado com a Ufrgs, cada professor da Ufrgs recebe de R\$ 80,00 a R\$ 100,00 por hora/aula. Se considerarmos apenas a fase I, com um total de 360 horas/aula, com 40 alunos pagando R\$ 5.500,00 cada, chega-se a um total de R\$ 220.000,00. Descontando-se o gasto com professores e os 15% repartidos entre a Ufrgs, a Unidade executora do convênio e a Faurgs, ainda sobram cerca de R\$ 150.000,00. Cifras como essa começam a despertar suspeitas – principalmente entre os menos afortunados pelo "mercado"! –, como se a totalidade desses recursos ficasse em mãos dos responsáveis diretos pelo convênio, o que não é o caso. Mas é óbvio que parte desses recursos rendem equipamentos, livros e modernização de instalações, criando situações diferenciadas dentro da Universidade: de um lado os que "ainda estão no tempo da universidade pública e gratuita", amargando sua pobreza; de outro, os que já despertaram para as delícias de um mercado onde as regulamentações não são claras e onde a livre iniciativa, portanto, pode se transformar em simples esperteza. Principalmente quando os recursos daí advindos, privados na sua origem, não são transformados em dinheiro público ao entrarem na Universidade.

Como é gasto esse dinheiro

A universidade precisa de reparos de todos os tipos. Desde reformas estruturais e pinturas nos prédios, troca de fechaduras, como compra de equipamentos até modernização das salas de aula. O orçamento que a União repassa para a Ufrgs é muito baixo para atender a precariedade das suas instalações. Uma das alternativas é a realização de convênios e contratos com instituições públicas e particulares, Fundações, Governo Estadual e Municipal, Tribunais e Instituições de Ensino, entre outros.

O gerenciamento destes projetos é feito pela Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Faurgs). É lá que fica centralizado todo o dinheiro arrecadado. Cada projeto tem uma conta particular de responsabilidade do coordenador do projeto para compra de material, despesas diversas e pagamento de pessoal. Para isso a Faurgs recebe 5% do valor total desse contrato. Segundo o presidente da Instituição, João Antônio Neto Caminha, este valor é usado para manter a Fundação. O superávit é redistribuído para a Universidade através de doações. "Agora mesmo nós adotamos 28 salas de aula. Uma em cada unidade. Colocamos cortinas, compramos TVs, vídeos e pintamos", diz Caminha.

Ele enfatiza que nem sempre o dinheiro é

utilizado ao mesmo tempo. Então fica no banco e 95% do rendimento é do projeto. O restante é repassado para a Fundação.

As unidades e departamentos que realizam o projeto também recebem 5% do que é pago pelas empresas e órgãos para produzir aquele serviço. O valor é depositado em uma conta junto à Faurgs. De acordo com a diretora da Faculdade de Ciências Econômicas, Otília Beatriz Kroess Carrion, esses recursos não são muito representativos para a unidade. O que representa um pouco mais são aqueles provindos de cursos promovidos pelas Unidades e Departamentos. "Temos muitos cursos de especialização pagos e dirigidos ao público externo, administrados por professores destas Unidades".

Ela observa que esse dinheiro é utilizado principalmente para despesas emergenciais, como troca de fechaduras, de lâmpadas e até mesmo para o pagamento de um outro cancelista para o estacionamento. Segundo ela, o dinheiro repassado pela Universidade para este tipo de custeio é muito baixo. "Tudo isso seria feito pela Universidade desde que ela tivesse dinheiro", declara.

E os 5% destinados à Universidade de cada projeto realizado, está em caixa porque não foi feito um planejamento para a utilização destes recursos. É o que afirma a Diretora do



Otília Carrion diz que os recursos obtidos com contratos ajudam a manter as unidades frente à falta e à burocracia na liberação de verbas públicas

Departamento de Programação Orçamentária da Pró-Reitoria de Planejamento, Rosamaria Jung. Ela não sabe quanto é este montante, mas admite que é uma soma considerável. Este dinheiro pertence ao Fundo de Desenvolvimento de Ensino, Pesquisa, Extensão e Assistência, da Ufrgs.

eventualmente, uma entrevista", afirma Otília.

De acordo com o coordenador da Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais da Ufrgs, Homero Dewes, existem outros tipos de convênios. Um deles é o intercâmbio de professores e alunos entre outras Universidades para desenvolver pesquisas e ministrar cursos. Dewes observa que esses professores, ao participarem dos convênios, recebem um pagamento extra "a título de estímulo". E diz que cada contrato tem um objetivo e por este motivo são diferentes entre si. "Não existe padrão para firmar algum convênio", ressalta. Existem ainda convênios em nível de graduação feitos pelo Ministério

de Educação e do Desporto (MEC) com alguns países da América Latina. Nesse caso, alunos do Brasil vão fazer algum curso no exterior, de onde vêm alunos para cursar uma faculdade brasileira, sem prestar vestibular, além de intercâmbios entre alunos que fazem mestrados ou doutorados no exterior.

Convênios com instituições de ensino superior vigentes no exercício de 1996

Instituições no RGS	Objetivos
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Apoio a cursos de graduação e pós-graduação
Universidade de Caxias do Sul	Ampla mestrado em Matemática e Administração
Escola Agrotécnica Federal Juscelino Kubitschek	Curso Superior de tecnologia em Viticultura e Enologia
Escola Técnica Federal de Pelotas	Mestrado em Química
UNIJUI	Ampla
Fundação Universidade de Rio Grande	Ampla
Universidade Federal de Pelotas	Mestrado em Educação
Feevale	Ampla e Mestrado em Administração
Universidade Federal de Santa Maria	Ampla
Fundação Universidade de Passo Fundo	Ampla
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI)	Ampla e Doutorado em Educação

Instituições no Brasil	Objetivos
Universidade de Brasília	Cooperação na área de educação
Universidade Federal de Goiás	Pesquisa conjunta em Biociências
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	Ampla
Universidade Federal de Minas Gerais	Rede Indesp/Sibrad
Universidade Federal do Paraná	Cooperação em cursos de graduação e pós-graduação
Universidade Estadual de Londrina	Ampla
Universidade Federal de Pernambuco	Ampla
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Ampla e Engenharia
Escola Técnica Federal de Química	Estágios
Fundação Educacional Unificada do Oeste de Santa Catarina	Ampla e Especialização em Engenharia Civil
Universidade Federal de Santa Catarina	Pesquisa Projeto Visual e cooperação pós-graduação em Química
Centro Desenvolvimento Biotecnológico de Joinville	Cooperação científica e tecnológica
Universidade Vale do Itajaí	Ampla
Universidade de São Paulo	Pesquisa em Geociências, Cooperação na área de Direito
Universidade Estadual de Campinas	Cooperação na área de Psicologia
Centro de Ensino Superior Prof. Plínio Mendes Santos - MS	Cooperação Geral
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Cooperação Geral

Recursos para as Ifes saem cortados em 97

Suplementação fica dois terços abaixo da verba pedida

Viajar para Brasília tentando engordar o orçamento é uma tarefa hercúlea para muitos reitores e pró-reitores das 52 Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). A peregrinação por gabinetes de parlamentares, autoridades e burocratas de plantão quase sempre é infrutífera e o pote dos recursos volta vazio. Para fechar suas contas de 1997, por exemplo, as Ifes precisavam de uma suplementação orçamentária de R\$ 150 milhões. Aceitavam R\$ 94 milhões. Acabaram recebendo R\$ 47,5 milhões, menos de um terço do pleito, e um corte nas contas de 98 mesmo antes da saída do pacote econômico.

Pela proposta orçamentária, os recursos do Tesouro para a Ufrgs em 98 devem cair de R\$ 258,18 milhões em 97 para R\$ 238,51 milhões, uma tesourada de 8,2%. Além da área de pessoal, a área mais afetada foi a de capital para investimentos. De um ano para outro, a verba deverá ser reduzida de R\$ 834 mil para

R\$ 107 mil, uma queda de mais de 700%. Como suplementação orçamentária, a Ufrgs pediu R\$ 3,7 milhões, com um mínimo aceitável de R\$ 3,1 milhões. Levou R\$ 1,9 milhões.

Para as Ifes, a perspectiva também não é das mais agradáveis. O orçamento global diminuirá 4,1%, passando de R\$ 5,987 bilhões em 97 para R\$ 5,751 bilhões no próximo ano. Enquanto a rubrica de pessoal perderá ao todo R\$ 383 milhões, a de capital sofrerá um corte de mais de 600% despencando de R\$ 30,9 milhões para R\$ 4,2 milhões.

Com todas estas reduções, poderá aumentar o percentual das Ifes sobre os 18% da Receita do Tesouro destinada à Educação. Limitada em 75% para o ensino superior – o restante fica para o ensino fundamental –, a relação não é respeitada desde 1995 (veja tabela maior). Pela proposta para o ano que vem ela pode atingir um novo recorde histórico superando o orçamento destinado

às Ifes em 14 pontos percentuais.

"Temos que esperar o que o Congresso vai fazer ainda", acrescenta a chefe do Departamento de Programação Orçamentária da Ufrgs, Rosa Jung. Com o anunciado corte linear de 15% em custeio e 6% em investimentos, a situação pode piorar. Esta era a única rubrica que havia aumentado na proposta orçamentária do governo. Tanto para as Ifes quanto isoladamente para a Ufrgs, houve um acréscimo médio de menos de 9%.

O mais revelador é que as tesouradas acontecem justamente no momento em que o Ministério da Educação e do Desporto (MEC) anuncia que irá concluir o Plano Nacional de Educação (PNE). Uma das propostas deste projeto é elevar para 30%, nos próximos 10 anos, a presença da população estudantil entre 18 e 21 anos matriculada no ensino superior. O índice é próximo ao do Reino Unido (32%) e contrasta brutalmente com os 12% que o Brasil possui hoje.

Sem investimentos nas universidades públicas federais, resta saber quem será responsável por abrigar a massa de novos alunos que serão colocados no mercado. "Com certeza, as instituições privadas vão dar conta desta demanda", ironiza o 2º vice-presidente da Adufrgs, Lúcio Hagemann.

Evolução do Orçamento da Ufrgs Recursos do Tesouro R\$ (em mil)				
	1995	1996	1997	1998
Pessoal	228.166	220.585	258.188	238.511
Custeio e Capital	16.896	22.954	21.545	25.127
Total	245.062	243.539	279.732	263.638

Evolução do Orçamento das Ifes Recursos do Tesouro R\$ (em milhões)				
	1995	1996	1997	1998
Pessoal	4.550	4.676	5.393	5.010
Custeio e Capital	553	642	624	741
Total	5.102	5.318	5.986	5.751

Ano	Recursos Previstos (18%)	Recursos Recebidos Ifes	Relação \$ Ifes/18%
1989	3037	3931	129
1990	5240	3478	66
1991	3153	2257	72
1992	3099	1842	59
1993	3788	2694	71
1994	5313	3750	71
1995	6405	5102	80
1996	6847	5318	78
1997	7833	5986	76
1998	6462	5752	89

GT Saúde Adufrgs discute Saúde no Trabalho

A Associação dos Servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Assufrgs) enviou um anteprojeto de regulamentação do Formulário de Acidente de Trabalho (Fait) para que seja apreciado pela Adufrgs e, em seguida, implantado na Ufrgs. O regulamento proposto (abaixo) deve ser analisado pelos associados. A representante da comissão de implantação das Comissões de Saúde do Trabalho (Cosat), Marilene Schmarczek, solicita que sejam enviadas sugestões sobre o texto deste regulamento até o dia 30 de novembro.

Regulamento

Art. 1º - É obrigatório o preenchimento do Formulário de Acidente e Incidente do Trabalho - FAIT até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência do acidente do trabalho e/ou incidente e, em caso de morte, de imediato.

Parágrafo 1º - Entende-se por acidente de trabalho aqueles que causam lesões e por incidentes a ocorrência de um evento que não causa lesão mas tem potencial para tanto.

Parágrafo 2º - Para o preenchimento do Fait as doenças profissionais e do trabalho são consideradas acidentes do trabalho.

Art. 2º - O Formulário de Acidente e Incidente de Trabalho - FAIT deverá ser preenchido pela Direção da Unidade à qual pertencer o trabalhador e/ou pelo chefe imediato do mesmo, mediante parecer da Comissão de Saúde e Ambiente de Trabalho no caso de existir uma COSAT na Unidade.

Art. 3º - Na falta de comunicação do acidente de trabalho por parte da direção ou chefia imediata, na do artigo 2º, poderão formalizá-la o próprio acidentado, seus dependentes, a comissão de Saúde e Ambiente de Trabalho da Unidade, a entidade sindical da categoria, a Junta Médica e os técnicos do serviço de saúde e segurança do trabalho da Universidade, o médico ou socorrista que assistiu o acidentado ou qualquer servidor da Unidade.

Parágrafo 1º - A Junta Médica, ao atender o servir, deverá pedir cópia da FAIT já emitida, e na falta desta, indicando a origem da lesão ou doença, deverá preencher a FAIT.

Parágrafo 2º - A Junta Médica deverá criar rotinas para recebimento e elaboração de dados estatísticos resultantes dos Fait emitidos na forma do art. 2º e 3º.

Parágrafo 3º - No caso de doença ocupacional, a emissão da FAIT compete à Junta Médica da Ufrgs.

Art. 4º - Do FAIT deverá ser enviada cópia para COSAT da Unidade, os serviços de saúde e segurança do trabalho da Universidade, à Junta Médica, ao acidentado ou seus dependentes, à entidade sindical da categoria, permanecendo uma cópia na Unidade.

Art. 5º - Os motivos do não cumprimento desta Portaria deverão ser apurados através de processo administrativo ou sindicância, aplicando-se as penas cabíveis.

Art. 6º - As entidades sindicais poderão acompanhar o cumprimento desta Portaria.

Art. 7º - O modelo de FAIT é o que consta do anexo I deste regulamento.

Art. 8º - A partir de um ano da publicação deste regulamento, anualmente deverá ser elaborado pelos órgãos da administração da Universidade responsáveis pelos serviços de segurança e saúde do trabalho os dados estatísticos resultantes da análise dos FAIT.

Art. 10º - Ficam revogadas as disposições em contrário, no âmbito da Ufrgs.

No Adverso,
a notícia
não é mascarada

Colabore com o seu jornal:
escreva para a redação.

Críticas, artigos, cartas, tudo é bem-vindo.

PARA ANUNCIAR, LIGUE PARA 233.9252

O jornal da Associação de Docentes da Ufrgs



CUT prepara reação dos excluídos

Caminhada no dia 28 de novembro pretende mobilizar cerca de 10 mil manifestantes em protestos contra a falta de emprego, moradia, saúde, educação, terra e crédito agrícola

Quem será mais penalizado pelos efeitos das 51 medidas econômicas anunciadas pelo governo federal? Os mais abastados, como diz o presidente Fernando Henrique Cardoso, ou os que não têm acesso à renda e ao consumo e por isso não pagam imposto? A Executiva estadual da Central Única dos Trabalhadores (CUT) não tem dúvidas que o segundo grupo será muito mais atingido pelo pacote que tenta frear o consumo e por isso já está causando o fechamento temporário de fábricas e o corte de investimentos em empreendimentos de ampliação e modernização de parques fabris de todo o Brasil.

Este será um dos motes principais da Marcha dos Sem, protesto marcado para o dia 28 de novembro e que deverá reunir até 10 mil pessoas em Porto Alegre. Articulada desde outubro pela CUT, a mobilização ganhou agora um tema especial. "A Marcha será um momento importante da luta contra o neoliberalismo e o projeto do governo FHC", destaca o organizador da manifestação e secretário de Políticas Sindicais da CUT gaúcha, Otávio Rohrig.

Dividida em seis eixos, a caminhada, na verdade, é formada por várias peregrinações específicas. Cada uma parte de um ponto diferente do Estado mas convergem para o Laçador, em Porto Alegre. "Todas as marchas são atos simbólicos da indignação dos excluídos", afirma Rohrig.

Adufrgs resgata a participação dos professores

Depois de os anos de chumbo terem expulsado certas práticas de dentro da Ufrgs, caminhadas, panfletagem e protestos variados começam a retornar à rotina da universidade. Ao lado da Assufrgs e dos estudantes ligados aos centros acadêmicos, a Adufrgs promete entrar na Marcha dos Sem com peso. Para isso, as entidades estão organizando a sua marcha paralela, que deverá se juntar com os "Sem" para percorrer Porto Alegre no dia 28 de novembro. "Queremos reunir o máximo de gente possível", afirma o 1º vice-presidente da Adufrgs, Carlos Schmidt.

Sem reajuste salarial a 32 meses e com a falta de recursos obrigando a universidade a deixar de pagar contas de luz e outras dívidas, a entidade pretende chamar a atenção para os reflexos do pacote do governo federal sobre o futuro das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). "As medidas acentuam o processo de destruição do serviço público e o sucateamento da universidade", observa o sindicalista. Conforme Schmidt, não haverá preservação dos recursos para a Educação se houver corte de 15% nas verbas de custeio.

Para garantir um bom número de participantes na manifestação do dia 28, a direção da Adufrgs programou passagens nas salas de aulas dos 4 campi e em todos os setores da Reitoria para conchamar a população universitária.

No dia da mobilização, o grupo da Ufrgs deixará a Praça Argentina (Av. João Pessoa com Osvaldo Aranha) às 12h para se encontrar com o restante da Marcha dos Sem na avenida Farrapos.



Manifestações tentam repetir o protesto que levou milhares de sem-terra a Brasília

São Paulo terá dois dias de marchas e encontro

Nos dias 5 e 6 de dezembro é a vez da CUT de São Paulo apresentar as armas do seu protesto. O local escolhido foi a Praça da Sé, centro das concentrações políticas do povo brasileiro, e o Ginásio do Corinthians. Para se fazerem ouvir na luta pelo emprego, os dirigentes da Central estão organizando caminhadas que sairão de três pontos de São Paulo e se concentrarão no Centro da cidade. Mesmo sem a força do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, que preferiu ficar de fora da manifestação, os organizadores acreditam que podem reunir cerca de 10 mil pessoas entre estudantes, trabalhadores, políticos e desempregados ligados a 35 entidades diferentes.

Com o pacote baixado pelo governo federal no dia 10 de novembro, a pauta da CUT se tornou ainda mais atual. Redução de jornada de trabalho sem redução de salário, política de geração de emprego e renda e o fortalecimento da indústria nacional são os eixos centrais da

mobilização coordenada pela CUT estadual.

A Executiva Nacional acredita que o aumento dos níveis de desemprego será uma das principais consequências das 51 medidas adotadas pela equipe econômica do presidente Fernando Henrique Cardoso. "Elas têm um efeito em cascata. O que nos faz ter a certeza de que vamos ter um Natal com um presente não muito interessante", considera o assessor político da Presidência da CUT, Afonso Pola.

Um dia depois da caminhada, a Central organiza o "Encontro Popular contra o Neoliberalismo por Trabalho, Terra e Cidadania". Segundo Pola, coordenador do evento, a idéia é reunir representantes das mais diversas entidades ligadas à CUT para discutir a plataforma de luta e definir uma agenda de mobilizações unificada para enfrentar o neoliberalismo no ano que vem. "Queremos fazer com que as datas mais importantes sejam marcadas por protestos simultâneos em todos os Estados", diz Pola.

As principais bandeiras na mobilização

- **CMP** – Central dos Movimentos Populares
- **UNE** – União Nacional dos Estudantes
- **UBES** – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
- **OAB** – Ordem dos Advogados do Brasil
- **ABI** – Associação Brasileira de Imprensa
- **Sindicatos ligados à CUT**
- **Partidos de esquerda**

Seis marchas e um destino

Partindo de locais e datas diferentes, os manifestantes que engrossarão as fileiras da Marcha dos Sem têm lutas com objetivos diversos em comum. No dia 28, todos se encontrarão no Laçador às 11h e formarão uma marcha unitária que, a partir das 12h, seguirá pelo Centro da Capital.

Os sem-emprego – No dia 26, 250 desempregados e trabalhadores saem de Sapiranga e percorrem 100 quilômetros até Porto Alegre onde se integram à caminhada até o centro da Capital. Organizada pelas federações dos Comerciários e dos Metalúrgicos, esta etapa da mobilização tem como eixo a defesa pela jornada de trabalho de 40 horas semanais, moratória para os desempregados no pagamento de tarifas públicas, aprovação do projeto-de-lei que cria a renda mínima e contra a flexibilização dos direitos trabalhistas.

Os sem-saúde – Concentrada em Porto Alegre, a marcha do acesso aos serviços de saúde deve reunir 100 pessoas. A caminhada, em defesa da PEC 169 e da reafirmação do Sistema Único de Saúde, começa no dia 24 com planfetagens que atravessarão a cidade da Zona Sul à Zona Norte. No dia 27, os manifestantes percorrem hospitais e postos de saúde, partindo do bairro Vila Nova. O repouso será no Parque da Harmonia. Os atos se repetem em frente a Hospital Conceição na manhã do dia seguinte, antes do encontro com o restante dos manifestantes na estátua do Laçador.

Os sem-escola – A CUT espera que pelo menos 500 pessoas, entre professores, estudantes e funcionários ligados à Educação pública, se reúnam para caminhar de Alvorada até o Laçador no dia da Marcha dos Sem. Na pauta de lutas dos manifestantes, está a defesa do ensino público e protestos contra a municipalização do ensino, o trabalho infantil e a valorização do profissional em educação.

Os sem-teto – Em luta pelo acesso à moradia para todos, os manifestantes que participam desta caminhada sairão da divisa entre Gravataí e Cachoeirinha no dia 28 para se encontrarem no Laçador. A partir das 17 do dia anterior, um grupo estará em vigília no Parque dos Mayas, em Porto Alegre.

Os sem-política agrícola – Será a mobilização mais longa da "Marcha dos Sem" em protesto contra a falta de acesso ao crédito agrícola. Com atos que começaram na segunda semana de novembro, cerca de 500 agricultores não caminharão rumo à Capital. As manifestações começaram em Chapecó, com um ato no dia 13 e continuam com concentração em Carazinho, entre os dias 26 e 27 de novembro. Além do acesso ao crédito subsidiado para o plantio, os produtores rurais vão protestar pela reforma agrária, o seguro agrícola, o preço do leite e áreas indígenas. No dia 28, uma parte dos produtores vem em comboio para Porto Alegre para participar da parte final dos protestos.

Os sem-terra – Nesta marcha estarão reunidos trabalhadores rurais sem-terra e pequenos agricultores em luta pelas mesmas bandeiras dos agricultores que não possuem acesso ao crédito agrícola. A estimativa é que, no mínimo, 500 pessoas partam da cidade de Montenegro, no dia 25 de novembro, em direção a Porto Alegre. Os participantes da caminhada pernoitarão em um município do Vale dos Sinos e em Canoas nas três noites que antecedem a chegada à Capital para se encontrarem com os demais manifestantes.

A vocação

Plínio Marcos

Eu não entrei na trilha dos saltimbancos por acaso, nem pra ser um reles fazedor de graça. Eu queria consagrar a minha vida através de um imperioso apelo vocacional. Mas as pessoas, com suas receitas de sucesso, sem nenhum escrúpulo, sem nenhuma sensibilidade, vieram me falar de mil e um palhaços geniais.

Tem um que comove multidões ao aprisionar um raio de Sol, pra levar pra casa... Tem um que faz balões de gás dançarem alegremente ao som de seu trompete... Tem um que ridicularizou um tirano, um assassino sanguinário que queria ser o senhor absoluto do mundo... Tem um comprido, de calça pela canela, arcado pra frente devido ao pesado fardo da indignação contra a mecanização imposta ao homem moderno... Tem o magro sonso... E o gordo ingênuo e bravo... Tem os que dão piruetas, saltam, dão cambalhotas, levam bofetões... Tem os que tocam música clássica em garrafas vazias penduradas num varal... Tem outro... e outro... e outro... Tem aquele pobre palhaço louco, que andava pelas igrejas jogando malabares diante das imagens da Santa Maria; esse, me disseram, morreu enforcado na cruz do Senhor Jesus Cristo, numa catedral gótica...

Escutei humilde a história de cada um desses incríveis artistas que viajavam pelas vias da loucura. Saber desses palhaços... para mim, Bobo Plin, um palhacinho de merda que começava a



Rosa Gaudiano/Coleção Pirelli - Vol. 3

engatinhar nos picadeiros mal iluminados das espeluncas... saber desses palhaços só serviu pra me tolher. Quanto mais eu sabia deles, mais e mais Bobo Plin, o palhaço que eu queria ser, se enroscava nas minhas entranhas. A referência esmagava minha intuição e provocava autocensura. A comparação, maldita inimiga da igualdade, fazia dos magníficos histriões elementos inibidores da minha criatividade.

Agora, Bobo Plin não quer saber da façanha desses belos palhaços. Não quer vê-los. Nem quer saber de seus bigodes, sapatões, guizos, pompons, bolas, balões e babados. A magia dos grandes artistas não pode ser ensinada; são segredos que se aprende com o coração. Essa magia se manifesta quando se resolve fazer a própria alma. Para Bobo Plin se irmanar com os grandes palhaços que luziram nos palcos e picadeiros tem que esquecer deles para sempre. Não pode recolher nenhuma indicação deixada no caminho. Tem que andar sem bússola, na mais tenebrosa escuridão. Qualquer brilho, qualquer estrela, qualquer sol, qualquer referencial vira um ponto hipnótico embrustecedor. E eu quero fazer a minha alma.

Plínio Marcos só estudou o primário, foi artista de circo, jogador de futebol, funileiro, soldado e muitas outras coisas. Sua primeira peça de teatro, *Barrela*, vai completar 40 anos de dramaturgia. Autor profícuo e polêmico, sofreu intensa censura durante a ditadura militar. Plínio Marcos produziu este texto para o *Adverso*, de apelo vocacional e impressionista, certo de que os professores "estão precisando".

O Conselho Nacional de Associações Docentes

Mário Wrege - IPH/UFRGS

Realizou-se em Belém, PA, entre 23 e 26 de outubro, o CONAD. Este tem como finalidade, entre outras, deliberar sobre matérias oriundas do Congresso (XVI) do ANDES-SN e exercer as funções do Conselho Fiscal. São dois por ano, entre os Congressos da ANDES. O evento tinha dois temas a discutir e deliberar. Tema I: Avaliação do Plano de Lutas. Tema II: Questões Organizativas de Financeiras. Participam, entre outros, um Delegado por Seção Sindical, com direito a voto, e observadores, com direito a voz. Nossa delegação tinha o Delegado (Carlos Schmidt) e dois observadores (Renato de Oliveira e Mário Wrege). Como se vê, gente de peso (com alguma exceção).

O modo operacional consiste no recebimento do Caderno de Textos, a comparência às reuniões dos Grupos Mistos, inicialmente, e às Plenárias, ao fim - tudo em três turnos diários. Previamente ao evento recebe-se o Caderno de Textos - com seus anexos e, sempre, com seu encarte. Segundo o Schmidt, só um bolchevique (ortodoxo) consegue ler todo texto. Neste evento eram 68 páginas, com mais 41 de encarte (este sendo para o CONED). Eu não sou bolchevique, mas tentei ler o que pude, no tempo dedicado ao evento (não consegui ler tudo: lá pelas tantas fui seletivo). O texto principal tem uma Apresentação, o Regimento e as Contribuições, tanto da Diretoria Nacional como das Seções de Sindicalizados. No evento, participa-se primeiramente dos Grupos, onde são discutidas e decididas as proposições de cada texto. Tais propostas de alteração são levadas às Plenárias para decisão final. Tanto nas sessões dos Grupos como nas Plenárias, tudo é muito rápido e há muitos interesses,

mas não cerceamento. Assim, há que se decidir baseado na orientação da Assembléia Geral, na experiência e na postura individuais e nas discussões e reuniões paralelas. Não são apenas decididas ações mas, também, são encaminhadas linhas políticas. E aqui, pesadamente.

O texto inicia-se com a análise da Diretoria (ANDES), entitulado Movimento Docente e Conjuntura. O primeiro item é Os Embates Internacionais, onde são constatadas a internacionalização da economia e a volatilidade do capital de investimento especulativo. Assim, cabe aos trabalhadores "ampliar a luta internacional como forma de barrar este processo" e a possível saída está "na solidariedade da classe trabalhadora". O texto segue com Os Desafios do Quadro Político Brasileiro onde o enfoque é a questão da reeleição de FH e o "MD precisa estar preparado para a intervenção no processo ... Para além do debate, é imperioso enfrentar as políticas danosas deste Governo com as quais não pode haver qualquer conciliação". O terceiro item é Reformas Neoliberais X Direitos dos Trabalhadores onde diz que "tal mundialização está intimamente associada à destruição das formas reconhecidas de regulação do Estado, particularmente aquelas relativas às políticas públicas". Em Educação, Ciência e Tecnologia é dito que a PEC 370 procura "proceder a Reforma Administrativa e Previdenciária dos servidores das IFES". No final deste texto introdutório chega-se ao Fortalecimento da Classe Trabalhadora: Embates Necessários, onde é constatado que o "movimento social organizado vive hoje um momento muito difícil" tendo, de um lado, o governo e o patronato e, de outro, o desemprego e a flexibilização do trabalho. A ação do sindicato tem sido a da "construção

de caminhos que permitam avançar estruturalmente na perspectiva de classe e de uma sociedade igualitária".

O texto do parágrafo anterior é um recorte do texto original, evidentemente. Mas espero ter conseguido dar a tônica do conjunto de idéias que aí permeiam. Sem duvida, é um trabalho hercúleo da Diretoria compôr tal texto - e torná-lo enxuto e digerível, ao mesmo tempo que reflita a situação atual. Mas a impressão que me dá é a de que parece ser uma colagem de um breviário padrão em que se constata o óbvio e pouco avança nas questões específicas da classe docente: as condições de trabalho dos docentes, os meios de financiamento, a qualificação universitária, as compensações financeiras e acadêmicas, a evasão em massa de docentes (das federais), as relações de chefia, a estrutura e os processos burocráticos, as relações universidade-mantenedora, idem sociedade, a estrutura da ANDES, a formação de quadros e lideranças sindicais, os benefícios de saúde e de aposentadoria complementar, a imagem da universidade e do docente em face da Sociedade etc. Ou seja, assuntos corporativos específicos e caindo de maduro não faltam. Há que ter vontade política de implementá-los e ter coragem de dizer que lutamos por nossos interesses, apesar de diferenciados e, mesmo, elitistas (feliz ou infelizmente, não produzimos parafusos! - mas produzimos uma melhor maneira de produzir parafusos).

As grandes linhas de decisão são o enfrentamento ao Governo FH, Greve Geral. A luta pelo emprego, pela estabilidade, pelo estabelecimento de políticas salariais, pela isonomia, pelas condições de exercício profissional, pela carreira e capacitação, pelo piso salarial. Ou seja, algo que serve a qualquer sindicato, mas dentro do espírito de

enfrentamento unificado, em bloco, da classe trabalhadora (como dito). Creio que é uma visão tipo bolchevique ortodoxo (usando a referência anterior). Há que se entender que se realmente estivermos defendendo ideais e princípios universitários, estaremos também defendendo a Sociedade. Mas isto tem de ser dito à Sociedade, para que entenda o que fazemos e não pense que é um elitismo deslocado. É, antes, um elitismo necessário e, façamô-lo, útil. Nós pertencemos (ou deveríamos) à elite cultural da Sociedade. É assim, sem ter medo de ser feliz assim. O que não precisamos é de arrogância. Antes, tolerância e didatismo e, certamente, muita paciência e boa-vontade.

Os custos do evento, só para a ANDES foram de R\$ 39.000,00, aproximadamente. Ou seja, sem contar as despesas de cada Seção Sindical lá representada: passagens aéreas (umas três), mais diárias (umas doze), mais outros custos. Creio que havia umas 200 pessoas (delegados e observadores, mais diretoria e funcionários). Ou seja, é algo grande. Assim, vem uma questão de peso: será que compensa, numa relação benefício-custo? - Antes que um bolchevique me atrole, quero deixar bem claro que tais eventos são necessários, inquestionavelmente necessários; minha pergunta é: são eficientes?

Em fevereiro será aqui em Porto Alegre o grande evento nacional, o Congresso (XVII). Será um evento claramente eleitoral, tanto em nível federativo da Nação como interno da ANDES. Agora, portanto, é o momento de fazer-se as discussões sobre o que se quer de um sindicato e, mesmo, o que ser agora, imediatamente. E não ter medo de desejar a felicidade.

Guerra de Canudos: uma história atual

Darlene Silveira

O cenário é o sertão da Bahia; a seca, a fome, a miséria. A época: início da década de 90, século XIX. O Brasil tem um novo regime - a República -, que expõe o povo à injustiça social, que cobra novos impostos abusivos. Qualquer semelhança com o século XX é mera coincidência! O filme de Sérgio Rezende, "Guerra de Canudos", de 160 minutos - que passam "voando" -, retrata de maneira fiel este rico episódio da história do Brasil. E é assustadoramente atual. A produtora Mariza Leão comandou uma equipe de cerca de mil pessoas durante 4 meses de trabalho, num cenário de 30 mil m² de realismo e emoção. O filme tem música de Edu Lobo e é distribuído

pela Columbia Tristar Film Distributors International.

No enredo, a família de Zé Lucena (Paulo Betti) se vê destituída de seu mirrado rebanho, na completa miséria, quando cruza seu caminho o beato Antônio Conselheiro (vivido pelo ator e co-produtor do filme, José Wilker) e seus seguidores. Apostando em uma nova vida, o sertanejo resolve acompanhá-lo, levando sua mulher Penha (Marieta Severo), e os filhos Luíza (Cláudia Abreu), Teresa (Dandara Guerra) e Toinho. Porém Luíza se recusa e foge. Na cidade, sem alternativa de sobrevivência, prostitui-se, até conhecer o soldado Arimatéia, que a pede em casamento.

Lucena e a família se estabelecem com Antônio Conselheiro e os outros em Canudos, onde constróem uma cidade, na qual a fé e os alimentos são partilhados por todos. A partir daí, a vida da família se confunde com a história do país. Conselheiro é visto como uma ameaça ao Estado, pois se rebela contra a República. É iniciada no ano de 1896 uma impiedosa campanha militar contra Canudos. O Governo envia quatro expedições para acabar com Antônio Conselheiro e seus fiéis. A terceira é chefiada pelo terrível Coronel Moreira César, conhecido como o "Corta Cabeças", mas que é derrotado.

O exército possui armamento sofisticado, inclusive a "matadeira" (um canhão), enquanto o povo rebelde luta com armas precárias, além das que consegue pegar dos soldados mortos. Entre as tropas, o jornalista Pedro Martins cobre a guerra e fica indignado com a violência desproporcional do exército. O repórter é expulso da área pelo comandante

da 4ª expedição, General Artur Oscar, que derrota Canudos a 5 de outubro de 1897. No último combate resistem apenas 3 homens (Zé Lucena entre eles) e uma criança contra 5 mil soldados. Luíza, que fora com o marido para a guerra, após a sua morte, foge com a irmã Teresa. Canudos não se rendeu, foi arrasada.

Para fazer "Guerra de Canudos", Sérgio Rezende se inspirou na obra de Euclides da Cunha, "Os Sertões", apesar de não ter se baseado no "maior livro do Brasil". Ele diz que procurou enfrentar o desafio de realizar um filme sobre um tema espetacular; desafio no sentido intelectual, de se arriscar a mexer com esse assunto e desafio profissional como diretor de cinema. E explica: "a película é totalmente diferente de tudo que eu havia feito antes, com um nível de complicação, de cenas de batalha, uma grande produção - do ponto de vista da direção mesmo, não apenas de recursos".

Rezende acredita que Canudos é o grande enigma brasileiro. "É por isso que, há 100 anos, as pessoas se debruçam sobre ele. Ninguém pode explicar categoricamente o que foi Canudos. É o mistério do Brasil". A partir do filme, o diretor percebeu "com clareza" que essa questão de Canudos se

mantém inalterada. Ele conta que, hoje em dia, no sertão baiano, pouca coisa mudou. O povo ainda é o mesmo, naquelas mesmas casas de taipa, cultivando a terra "da maneira mais primitiva do mundo".

A produção de "Guerra de Canudos" iniciou em fevereiro de 1996 e começou a ser rodada em 14 de julho, em Junco de Salitre, a 30 quilômetros de Juazeiro. Rezende relata que tentaram fazer o filme em Canudos, ou seja, a atual Nova Canudos, uma vez que as águas do açude de Cocorobó encobriram a cidade. Porém não foi possível, pois não havia a menor infra-estrutura para receber a equipe. "Continua o mesmo deserto que era naquela época". Então, foram para Juazeiro, que faz parte da influência de Antônio Conselheiro e da guerra. "A primeira expedição militar contra Conselheiro partiu de Juazeiro".

Darlene Silveira é jornalista



ORELHA

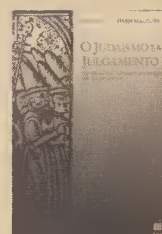
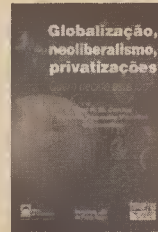


Caminhos - Revista da Associação de Docentes da Universidade Federal de Minas gerais - N°14 - Julho de 97
Publicação semestral voltada à reflexão de temas relacionados com a vida universitária e sindical. Este número traz textos sobre a privatização branca, a qualidade do ensino e a função social da Universidade. O objetivo é estimular o debate, a crítica, a livre circulação e a pluralidade de idéias.

Globalização, Neoliberalismo, Privatizações – Quem decide este jogo?

Raul K. M. Carrion e Paulo G. Fagundes Vizentini (org.)

Resultado do seminário internacional sobre este tema realizado em julho deste ano na Ufrgs, o livro apresenta textos que são a síntese das discussões desenvolvidas. Ed Universidade, 309p. R\$ 25,00.



O Judaísmo em Julgamento Hyam Maccoby (org.)

Relato sobre o drama social-político-intelectual dos três confrontos entre representantes do judaísmo e do catolicismo na Idade Média (Paris - 1240; Barcelona - 1263; Tortosa - 1413/14) em que o judaísmo foi posto na condição de réu. Imago Editora, 241p.

O Esporte Olímpico Elio Salvador Carraveta

Este livro apresenta uma proposta de reflexão sobre a prática do esporte olímpico e os mecanismos de controle social como um processo regulador. Ed. da Universidade, 86p. R\$ 8,00.



A linguagem falada culta na cidade de Porto Alegre - Vol 1 José Gaston Hilgert (org.)

Seleção de inquéritos do Projeto Norma Urbana Culta do Rio Grande do Sul, esta obra contém oito inquéritos que registram a fala de falantes de variedade culta da língua portuguesa, na capital gaúcha. Ed Universidade, 222p. R\$ 12,00.



Kant e a instituição da paz Valério Rohden (coord.)

Conjunto de textos inéditos escritos em vista do II Encontro de Filosofia Brasil-Argentina-Alemanha, comemorativo ao bicentenário do texto Kant, À paz perpétua. Ed. da Universidade, 246p. R\$ 12,00.

HEMEROTECA

Revista



London Review of Books

Jornais diários

– Zero Hora
– Correio do Povo

Nº 21 – Volume 19 – 30 de outubro de 1997

The Departed Spirit – Tom Nairn
Thatcher's Artists – Peter Wollen
Big Daddy – Linda Nochlin
Everything bar the Chpsticks – T. H. Barrett
Thoughts about Hanna – Gabriele Annan
On 'Fidelio' – Edward Said

– Jornal do Comércio
– Folha de São Paulo

WWW

Filmes antigos

setpnet.com/rccramer/tv.htm

Filmes cult e antigas séries de TV, em fita pelo correio.

E-mail grátis

www.hotmail.com

Endereço gratuito. (Qualquer provedor).

Conversa na rede

www.conesul.com.br/mirc/get.html

Cópia gratuita do programa de ICR (Internet Relay Caht) mIRC 5.02.

Problemas com computador

aloha-mail.com/a-1/tshoot.htm

Dicas gratuitas em inglês.

Visite a página da Adufrgs: <http://www.adufrgs.org.br>

O matemático das palavras

O patrono da 43ª Feira do Livro é um humanista. Acredita no Homem, na História, na formação do indivíduo pela cultura literária ou científica. Da paixão por livros – alimentada com Eça de Queirós, Machado de Assis, Flaubert, Stendhal e outros clássicos –, Luiz Antonio de Assis Brasil desenvolveu o senso estético e a noção cartesiana necessários para escrever os 12 romances já publicados. Tornou-se o escritor de maior produção no Estado. Para ele, é o resultado lógico de trabalho metódico, perseverante e tenaz. "É matemática", diz em tom de crítica aos autores que "criam mitos em torno de si" para descrever o processo criativo. Entre uma aula e outra na Oficina de Criação Literária que coordena na PUC, Assis Brasil conversou com o Adverso. Conheça um pouco desse senhor que adora estudar o passado para compor narrativas que esmiuçam o imaginário sul-rio-grandense.

Silvanio Mariani

Adverso - A utilização de elementos regionais é muito presente nos seus livros. Esse regionalismo não tem impedido que sua produção literária extrapole as fronteiras do Estado?

Luis A. de Assis Brasil - Não se trata de regionalismo, que é uma visão fechada em si mesma, uma visão imanente da realidade cultural que não ultrapassa os parâmetros da cultura em que está inserida. O regionalismo não questiona, apenas reproduz, e quase sempre é dotado de pouco conteúdo estético. No meu caso, posso utilizar elementos da cultura regional com a intenção de realizar uma obra universal. Tolstói já dizia que se tu queres ser universal, pinta a tua aldeia. É possível escrever uma obra universal utilizando elementos regionais. Eu os utilizo porque são da minha realidade, não vou utilizar elementos do nordeste ou de Marte. Pretendo com isso, não sei se consigo, alcançar uma dimensão universal que ultrapasse o pobre, tancanhoe imanente regionalismo como tanta má literatura já produziu.

Adverso - Que escritores marcaram a formação do leitor Assis Brasil?

Assis Brasil - Eu tive uma formação muito ligada aos autores clássicos. Até porque estudei no Colégio Anchieta, que dava uma ênfase muito acentuada nesses autores. Estou falando em Machado de Assis, Eça de Queiroz, Flaubert, Balzac. Enfim, tive uma formação basicamente clássica, com pouca literatura contemporânea.

Adverso - Não citaste nenhum gaúcho. Nenhum escritor do Rio Grande o influenciou?

Assis Brasil - Talvez pela utilização em busca de elementos da realidade regional para escrever uma obra que transcende ao regional, sem dúvida Erico Veríssimo teve uma importância fundamental. E isso para toda a minha geração. Não só do ponto de vista literário mas, e fundamentalmente, pela atitude do escritor. Porque o Erico foi o primeiro escritor profissional do nosso Estado.

Adverso - Há certa semelhança entre a sua obra e a de Erico pela utilização de elementos regionais e da própria História para compor a narrativa. No quesito engajamento político: o senhor tem essa preocupação?

Assis Brasil - É evidente que há uma aproximação com relação ao Erico porque nós temos só um passado no RS. Tanto o

Erico como eu trabalhamos com o passado. Isso na maioria das minhas obras, não na totalidade. Só que a minha visão é radicalmente contrária à do Erico, e isso caberá aos críticos dizerem...

Adverso - Não poderias adiantar qual é a diferença?

Assis Brasil - O autor é o menos indicado para julgar sua própria obra. No entanto, eu percebo na minha obra uma visão crítica muita acentuada com relação ao passado. Eu vejo esse passado com os pés nos dias de hoje, não me transporto, penso e reflito sobre o passado. Com relação ao engajamento político, toda a obra é política. Porque ela envolve a sociedade humana, os dramas do ser humano. Mesmo os dramas íntimos são determinados pelo social e todo social acaba sendo político. Por isso toda obra é política.

Adverso - O senhor já disse que o ato de escrever é uma forma de exorcizar fantasmas. É uma espécie de psicanálise?

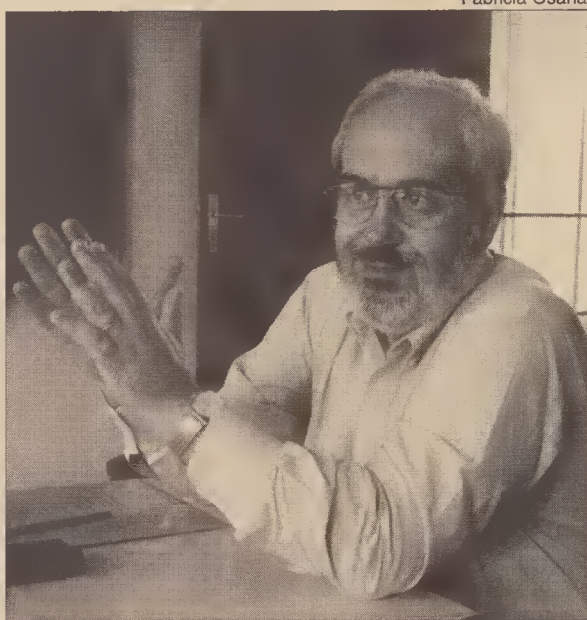
Assis Brasil - A obra pode ter esse caráter psicanalítico mas o fundamental é o conteúdo estético. Se ela serve para exorcizar, tudo bem, mas tem que ser feito como literatura, com arte literária. O que importa sempre, em primeiro lugar, é a estética.

Adverso - Essa noção estética pode ser apreendida? É possível ensinar alguém a escrever e a tornar-se um escritor?

Assis Brasil - Eu pergunto se é possível ensinar alguém a ser pintor, a ser escultor, a ser bailarino, a ser músico? No entanto, as academias existem secularmente. Eu diria que nós trabalhamos com pessoas que têm talento para a literatura e isso é indispensável e insubstituível. Então o que se faz é trabalhar o conteúdo estético porque toda arte tem uma técnica. O que fazemos é trabalhar esse talento para que possa ser desenvolvido da maneira mais rápida possível. Quem tem talento possivelmente iria chegar às mesmas conclusões passando ou não por uma oficina. Só que, passando, o sujeito tem condições de abreviar suas conquistas técnicas.

Adverso - Há uma receita para isso?

Assis Brasil - É preciso ter talento e disciplina, muita leitura, muita informação genérica e principalmente saber ouvir ou



outros, colher opiniões. Só que para ouvir a opinião de outros é preciso duas condições: que esse outro seja uma pessoa competente do ponto de vista técnico literário e, segundo lugar, que seja sincera. Jamais publiquei sem passar meus textos por pelo menos quatro pessoas para colher opiniões. Não é nem humildade, mas uma questão de inteligência ouvir os outros.

Adverso - O escritor Assis Brasil é disciplinado?

Assis Brasil - Sem dúvida. Sou muito disciplinado e não vejo outra maneira de fazer um trabalho produtivo. Trabalho diariamente, organizo meu material, faço uma síntese do romance que vou escrever, divido em capítulos, em cenas, tudo previamente para não ocorrer surpresas no decorrer da escrita. E para que a escrita se realize com a maior eficiência possível no menor tempo possível.

Adverso - A quem se deve o fato de o senhor ser o mais produtivo escritor do Estado? A essa disciplina?

Assis Brasil - Olha, acho que à disciplina.

Adverso - Mas há a crença da inspiração instantânea, uma idéia um pouco medieval da explosão da criatividade...

Assis Brasil - É, existem escritores que alimentam esse mito propagando essa inverdade. E sabem que isso não é assim. Muitas vezes um escritor tem a tendência de criar mitos em torno de si mesmo. Eu faço questão de desfazer os mitos. Minha produção é fruto de trabalho perseverante, diário, constante, permanente, sem férias, sem final de semana. Disso acaba resultando essa produção. É matemática.

Adverso - E isso é rentável? Dá para viver de direitos autorais?

Assis Brasil - De direitos autorais, não. De literatura já é um pouco diferente porque viver de literatura engloba direitos autorais e outras coisas como vender os direitos de um livro para fazer um filme ou uma peça de teatro, uma série ou novela de TV, ou então

fazer conferências, dar pareceres para editoras. É possível viver de literatura desde que se trabalhe muito, quase 24 horas por dia.

Adverso - Qual é a

sensação em ser o patrono da Feira do Livro?

Assis Brasil - Encaro com naturalidade porque não recebo isso como uma homenagem a mim ou à minha obra mas como uma homenagem à literatura do Rio Grande. É um momento do ano em que o escritor gaúcho é lembrado, é prestigiado, é acarinhado e as suas obras circulam mais. Felizmente, percebe-se que o público prestigia os nossos autores. Ser patrono da feira significa simbolizar essa literatura que é muito forte, muito variada e que atende às diversas preferências do público leitor. É uma homenagem que recebo muito honrado em nome de todos os meus colegas.

Adverso - Nosso Estado tem boa tradição de valorizar a literatura local?

Assis Brasil - Sem dúvida, e nós temos aqui a única literatura adjetivada do país. É a "literatura gaúcha".

Adverso - Por quê?

Assis Brasil - Porque temos forte identidade cultural que nos distingue relativamente ao restante do país. Por uma história de conquistas, formadora dos limites regionais do país e também por características culturais em geral. Isso faz com que tenhamos uma literatura significativa dessa cultura, embora tenhamos uma literatura muito jovem. Talvez seja a mais jovem do mundo, porque ela começou há um século e meio. Quando aqui pisou o primeiro europeu com uma intenção colonizadora, o mosteiro de São Bento, na Bahia, já era velho de dois séculos. Nós somos muito jovens. Então a literatura do RS é um agente formador de uma cultura. Se nós temos uma cultura rio-grandense é porque temos uma literatura que fixa essa cultura. Nós não poderíamos entender o RS e a sua identidade cultural, por exemplo, sem *O Tempo e o Vento*.

Adverso - Nossa literatura reforça o mito do gaúcho? Existe de fato o gaúcho?

Assis Brasil - Nós temos que pensar primeiro: que gaúcho? Nós temos desde o colono que planta no seu minifúndio até o peão de estância. E são seres completamente distintos. Existe, sim, um gaúcho regional que pertence à metade sul do Rio Grande do Sul, Argentina, sul do Paraguai e Uruguai. Aí temos um gaúcho sem dúvida e temos uma literatura que expressa esse universo.

Adverso - Nos identificamos mais com essa região do Prata do que com o nordeste brasileiro?

Assis Brasil - Culturalmente, sim.

Adverso - Para finalizar, aquele tema óbvio: sua opinião sobre Internet, fim da leitura, livro eletrônico.

Assis Brasil - Não acredito que a Internet interfira no hábito da leitura porque no passado não existia a rede e as pessoas que não liam faziam outra coisa. Não iam para a Internet. Se falássemos numa sala de aula há trinta anos atrás, nós iríamos ver que tínhamos na sala de aula três ou quatro alunos que liam. Hoje, temos três ou quatro alunos que lêem. Só que naquele tempo os que não liam jogavam bola, faziam outras coisas. Por outro lado, acho que a Internet é um fator decisivo de transformação cultural e é possível que o livro se transforme. O que não se transforma no ser humano é o instinto narrador, aquela coisa de um contar e o outro ouvir.